



"Quão Dificil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 18/11

30 de Dezembro de 2011



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.



Governo opta pela Conflitualidade!



Chegou-nos a informação de que terá sido hoje mesmo assinado um Despacho Conjunto entre os ministros das Finanças e da Defesa Nacional no sentido de se proceder à regressão nas posições relativas da Tabela Remuneratória Única de milhares de militares das três Categorias, dos três Ramos das Forças Armadas.

A ser verdade, e mesmo não conhecendo ainda o texto integral do dito despacho, tal acto indicia que o governo optou pelo caminho da conflitualidade!

Para além do desrespeito pela Lei Orgânica nº 3/2001, de 29 de Agosto que, entre outros considerandos, refere na alínea b) do seu Artigo 2º que "*As associações legalmente constituídas gozam dos seguintes direitos: ...ser ouvidas sobre as questões do estatuto profissional, remuneratório e social dos seus associados;*", o governo mostrou-se ainda absolutamente insensível ao conteúdo do apelo contido no ofício que no passado dia 28 de Dezembro lhe foi entregue pelos dirigentes da ANS e da AP na sequência da iniciativa que, em boa hora, estas associações profissionais de militares apelaram à participação.

A ser verdade, este despacho vem ainda em sentido absolutamente contrário com as declarações prestadas pelo Ministro da Defesa Nacional, e profusamente difundidas pelos meios de comunicação social, quando na sequência da visita natalícia às Forças Nacionais Destacadas os apelidou de "embaixadores e motivo de orgulho". Provavelmente não os terá informado que, nas suas costas, se preparava para lhes oferecer uma "prenda de passagem de ano" tão amarga!

A ser verdade, tal decisão configura uma total falta de respeito e, mais grave ainda, uma clara desautorização dos Chefes Militares e, por consequência, extensiva a toda a Instituição Militar.

Proceder a uma regressão remuneratória para os níveis de 31 de Dezembro de 2009 para um núcleo específico de profissionais militares, a par dos cortes retributivos, congelamentos de progressões e promoções, impostos extraordinários com cortes nos subsídios, e todas as outras malvadezas por demais sentidas e conhecidas dos cidadãos portugueses, vem aumentar exponencialmente o clima de desmotivação e insatisfação no seio das Forças Armadas.

A ser verdade, é revelador da atitude e postura deste governo que se use um momento em que se proclama a quadra de Paz e Harmonia, em que se fomenta a reflexão e tranquilidade nas famílias e, afinal, no segredo de Conselhos de Ministros (Ordinários e/ou Extraordinários), se prepare tal tipo de medidas. Esta postura vem claramente demonstrar que o governo não optou pela via da negociação e da resolução pacífica dos problemas mas sim pela via da imposição cega e da conflitualidade!

Nesse sentido, e mesmo antes de conhecer o texto integral do despacho, desde já apelamos aos militares em geral e aos Sargentos de Portugal em particular, para que não cedam à ideia da inevitabilidade, se mantenham vigilantes e não cruzem os braços perante mais esta enorme falta de respeito para com a Família Militar!

2012 vai necessitar que nos mantenhamos firmes, determinados e unidos na defesa da dignidade da Condição Militar!

Com dignidade, construímos o futuro!

A Direcção

Lisboa, 30 de Dezembro de 2011